

Diário da Assembléia

N.º 2.457/2.458

CURITIBA, 12 e 13 DE MAIO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLDO BIANCHI
OLÍVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CORTES
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIR GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TÚLIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÃO TÉCNICA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi
M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvío Barros
Secretário: Maria Amélia Cesar Cercai de Oliveira
Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes
Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Lossó — Amadeu Puppi
M.D.B.: Alencar Furtado
Secretário: Lélcio Guimarães Soto-Maior
Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aginaldo Pereira Lima
Suplentes:
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Silvío Barros
Secretário: José do Canto Filho
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aginaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Carmem Aparecida Fregonese

Reuniões: Condicionadas a matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aginaldo Pereira Lima
Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Lossó — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)
ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Lossó — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Loris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)
ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Igo Lossó — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel

Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quinta-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Lossó — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)
ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Lossó

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)
ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato

Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

DECRETO LEGISLATIVO N. 215-70
A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1999, de 17 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
autorizar Clovis Stadler de Souza e Gilberto Daros, funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestarem serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 142, alínea a, § 1.º, da Lei n. 203, de 24 de novembro de 1949, percebendo gratificação correspondente a um terço dos respectivos vencimentos básicos, a partir de 1.º de abril de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 216-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2197 de 23 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
colocar a disposição da ARENA, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Ovidio Franzoni, a funcionária Zildete Ribeiro dos Santos, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 217-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1944, de 16 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
designar Maria Menegusso e Nilva Moro, funcionárias do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para prestarem serviços no Gabinete da Presidência.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 218-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1499 de 16 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
designar os funcionários abaixo relacionados para exercerem junto ao Gabinete de Assistência Técnica, as seguintes funções, percebendo gratificação de função, a partir de 1.º de abril do corrente ano:

Osires de Brito — Chefe da Divisão de Pesquisa e Documentação. (2-F)
Reginaldo Frankin — Chefe da Divisão de Assistência Técnica Legislativa. (2-F)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 219-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1905 de 16 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
designar Honorino Luiz Colla, ocupante do cargo de nível PL "13", da carreira de Escrevente Datilógrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do M.D.B., percebendo gratificação de função correspondente ao símbolo 4-F e gratificação de representação, a partir de 1.º de abril do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 220-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1317-70 de 19 de março de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
conceder, a partir de 4 de maio do corrente ano, a Lillian Mary dos Santos Rebello, ocupante do cargo de nível PL "19", da carreira de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, licença especial de seis (6) meses, por haver completado em 1.º de janeiro de 1969, um decênio de serviço público, sem se afastar do exercício de suas funções.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 221-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1806 de 13 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
colocar a disposição do Gabinete da Liderança do M.D.B., os funcionários Emílio Mauro Barbosa e Clovis Stadler de Souza, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a partir de 1.º de abril de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 222-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1632-70, de 7 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n. 4.979, de 7 de dezembro de 1.964, em favor de Cândido Manuel Martins de Oliveira, ocupante do cargo de Secretário de Comissão do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao

RESOLVE:
designar os funcionários abaixo relacionados para exercerem junto ao Gabinete da Liderança da ARENA, as seguintes funções, percebendo gratificação de função e de representação, a partir de 1.º de abril do corrente ano:
Renato Eugênio Rebello Shaitan — Chefe de Gabinete (4-F).
Luiza Maria da Veiga — Auxiliar de Gabinete (6-F).
Odair Cosmo — Auxiliar de Gabinete (6-F).
Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1970.
aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 223-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1967 de 16 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
designar para exercer o cargo de Auxiliar de Gabinete da Liderança do M.D.B., a funcionária Iraci da Silva Sertório, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, percebendo gratificação de representação, a partir de 1.º de abril do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1970.

- aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 224-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1691-70, de 8 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n. 4.979, de 7 de dezembro de 1.964, em favor de Iraci da Silva Sertório, ocupante do cargo de nível PL "19", da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de Maio de 1970.

- aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 225-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1593-70 de 6 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
conceder de acordo com o Art. 67, inciso I, da Constituição Estadual, a Rosi Maria Bandeira de Assis, ocupante do cargo de nível PL "23", da carreira de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de cinco (5) por cento sobre os seus vencimentos, a partir de 28 de setembro de 1969, data em que completou cinco (5) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1970.

- aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 226-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1462-70, de 30 de março de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
conceder de acordo com o Art. 67, inciso I, da Constituição Estadual, a Laertes Luiz Foggiato, ocupante do cargo de nível PL "21", da carreira de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, a partir de 12 de março de 1.969, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, o qual somados ao anteriormente concedido, perfaz um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1970.

- aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 227-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1569-70, de 3 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
conceder de acordo com o Art. 67, inciso I, da Constituição Estadual, a Brígida Lobo Kalarovics, ocupante do cargo de nível PL "8", da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 1.º de dezembro de 1.965, data em que completou cinco (05) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1970.

- aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 228-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1632-70, de 7 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:
mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n. 4.979, de 7 de dezembro de 1.964, em favor de Cândido Manuel Martins de Oliveira, ocupante do cargo de Secretário de Comissão do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao

dobra das férias relativas aos anos de 1.965, 1.966, 1.967 e 1.968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 229-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do protocolo sob o n. 1658-70, de 07 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE: mandar contar, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, de acordo com o Art. 73 da Constituição Estadual, em favor de Ayrton Luiz Costa, ocupante do cargo de nível "PL-21", da carreira de Auxiliar Técnico do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de um ano, seis (06) meses e seis (06) dias, compreendido entre 03 de maio 1961 e 09 de novembro de 1962, em que prestou serviços ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Agrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 230-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1609-70 de 6 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE: mandar contra, para todos os efeitos legais, com base na Lei n. 4970, de 7 de dezembro de 1964, em favor de Maria de Lourdes Brette Reque, ocupante do cargo de nível PL "19", da carreira de Escrevente Datilógrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente as férias relativas ao ano de 1968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 231-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1506-70, de 1º de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE: conceder de acordo com o Art. 67, inciso I, da Constituição Estadual, a Jonas Zampier, ocupante do cargo de nível PL "14", da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, a partir de 20 de janeiro de 1970, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 232-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1526 de 1º de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE: mandar pagar a Walter Antonio Marchiorato e Alberto Savaia Assaf, funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, sessenta (60) horas extras por serviços extraordinários prestados no mês de março do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 233-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1357 de 16 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE: designar Therezinha Formighieri Simões, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Vice Presidência.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2º Secretário

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Ata da 40.ª Sessão Ordinária

Realizada em 12 de Maio de 1970 (Terça-feira)

EMENDAS:

Modificativa de Valores e Supressiva de Itens.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

TABELA XI

ATOS DOS TABELAES

I — Reconhecimento de firma:

a) — Por firma 0,30
b) Suprime-se:
c) Suprime-se:

JUSTIFICATIVA: A redação proposta simplifica a cobrança, igualando preços para serviços idênticos, não se diferenciando a primeira de outras seguintes. Todas são firmas a serem reconhecidas, motivo por que o preço deve ser único.

III — PROCURAÇÕES:

a) ad-judicia de N. 25, para NCr\$ 10,00
b) outorga sup. de NCr\$ 3,00, para NCr\$ 10,00
c) suprime-se:
d) mantida a do T. 1.º objeto.
IV — ESCRITURAS
3) — Testamentos:

a) aprovação de testamento segundo o art. 1.543 do Código Civil, de NCr\$ 20,00, para NCr\$ 100,00
b) público de NCr\$ 30,00, para NCr\$ 75,00
c) revogação de testamento de NCr\$ 20,00, para NCr\$ 50,00

JUSTIFICATIVA: As alterações propostas representam atos de responsabilidade de caráter cível e exigem livros próprios para as suas lavraturas, além de duas testemunhas, não sendo justo que custem menos da metade do preço de uma escritura sem valor declarado.

INCISO III — Testamento e ato lavrado de próprio punho pelo Tabelião, exigindo o testemunho de cinco pessoas, passível de posterior contestação, obrigando o Tabelião a comparecer a Juízo, com perda de tempo. Pela importância e pela significação justa e oportuna é a elevação das custas previstas.

Sala das Sessões, em de maio de 1970.

(a) — Olívio Belich.

TABELA XVIII

ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

MODIFIQUE-SE A REDAÇÃO DADA PELA SEGUINTE:

I — Auto de Qualquer Natureza NCr\$ 10,00
II — Citações, Intimações ou Notificações por Pessoa, inclusive Certidão 5,00
III — Contra-Fé, por Pessoa 2,00
IV — Os Atos Praticados por Dois Oficiais de Justiça Terão Custas Dobradas 2,00
V — Pelos Atos que Produzem nas Sessões do Juri, inclusive Certidões para Ordenação do Processo, de cada dia de Sessão 5,00
VI — Custas de diligências de caráter negativo, sem culpa do Oficial, metade das custas de direito 5,00
VII — Diligências de caráter positivo, sem culpa do Oficial, as mesmas taxadas para os Juizes de Direito 5,00
VIII — CONDUÇÃO:
a) dentro do quadro urbano 3,00
b) fora do quadro urbano 5,00

Além dessas taxas, as despesas de condução somente poderão ser devidamente especificadas e se contiverem o "de acordo" do advogado da parte interessada na diligência.

IX — As custas comuns serão majoradas em cinquenta por cento se, por culpa do citando, notificando ou intimando, se tornar necessário uma quarta ou mais diligências para a sua localização, citação, intimação ou intimação.

X — Nos autos de qualquer natureza, após duas horas de trabalho, custas comuns.

a) — além desse horário 5,00

XI — Nas ações de valor até NCr\$ 1.000,00, custas comuns.

a) acima desse valor, até NCr\$ 20.000,00, majoração de 50% 5,00

b) além de NCr\$ 20.000,00, majoração em dobro.

JUSTIFICATIVA: As alterações propostas representam consubstancial melhoria do Projeto primitivo, na justa compreensão de que os Oficiais de Justiça são os verdadeiros artífices do bom andamento dos serviços forenses, sendo oportuna a preocupação no sentido de lhes oferecer real estímulo pelo rápido cumprimento dos mandados.

Sala das Sessões, em de maio de 1970.

(a) — Olívio Belich.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

SUBSTITUAM-SE OS SEQUENTES VALORES, NA TABELA IV —

JUIZES DE DIREITO.

I — NO CIVEL
a) de NCr\$ 2,00, para NCr\$ 5,00
b) de NCr\$ 5,00, para NCr\$ 10,00
c) de NCr\$ 2,00, para NCr\$ 5,00

II — NO CRIME:
a) de NCr\$ 2,00, para NCr\$ 10,00
b) de NCr\$ 5,00, para NCr\$ 10,00
c) de NCr\$ 2,00, para NCr\$ 5,00

III — DILIGENCIA
a) de NCr\$ 3,00, para NCr\$ 10,00
b) de NCr\$ 5,00, para NCr\$ 20,00

JUSTIFICATIVA: As custas atribuídas aos Juizes de Direito, muito embora o reconhecimento de que percebem vencimentos tidos como razoáveis, estão a merecer elevação, pela importância dos feitos que terão para apreciar, obrigando o magistrado a, invariavelmente, dedicar estudos, tempo superior ao do expediente normal, para o prolatamento da sua Decisão. O fato público que, pelo volume de serviços nas Varas, a maioria dos Juizes se obriga a levar processos para suas casas, dispendendo horas de lazer em benefício dos interesses da Justiça. No tocante ao valor consignado para "diligências", é deprimente a fixação de NCr\$ 3,00, para diligenciar na sede da comarca e NCr\$ 5,00 fora dela. No todo, a Emenda pretende proporcionar, sinal justa, ao menos melhor custo aos Juizes ciosos e dedicados.

(a) — Olívio Belich.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

SUBSTITUAM-SE OS SEQUENTES VALORES, NA TABELA I. ATOS DO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA — SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Nos incisos I e II, de NCr\$ 5,00, para NCr\$ 10,00:

No inciso III:

Letra "a", de NCr\$ 5,00 para NCr\$ 10,00;

Letra "b", de NCr\$ 1,00, para NCr\$ 2,50;

No inciso IV:

Mínimo de NCr\$ 5,00, para mínimo de NCr\$ 10,00;

Máximo de NCr\$ 30,00, para máximo de NCr\$ 50,00;

JUSTIFICATIVA: As custas previstas para recursos judiciais, reclamações, correções, conflitos de jurisdição, mandados de segurança, ações rescisórias e outras medidas capazes de reparação de erros ou asseguramento de benefícios pelo significado moral ou financeiro que possam encerrar, pela importância em que serão apreciadas, estão a merecer taxaço correspondente à importância que encerram. Assim, o aumento pretendido pela Emenda, muito embora não traduza em custo o real valor que deveria ser pago pelo feito, ao

menos contribui para a elevação razoável do irrisório valor que lhe foi dado no Projeto primitivo.

Sala das Sessões, em de de 1970.
(a) — Olívio Belich.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70.
TABELA XI
ATOS DOS TABELIAES

Modifique-se a redação dada a NOTA 4, Substituindo-a pela seguinte:
NOTA 4 — Se houver diferença entre o valor da escritura e o valor atribuído ao imóvel para o efeito do pagamento do imposto de transmissão de propriedade, as custas incidirão sobre o valor dado ao imóvel para o efeito do pagamento do imposto de transmissão.

JUSTIFICATIVA: Se o valor atribuído ao imóvel, para efeito do pagamento de imposto de transmissão de propriedade for maior sobre o dado à escritura, é evidente, que o valor dado à escritura não corresponde ao valor real da transação, principalmente se a diferença entre um e outro for bastante acentuada. Se para efeito fiscal tem um valor é justo que ele seja mantido para a escritura, evitando-se que as custas judiciais sejam reduzidas, quando devem ser cobradas sobre o mesmo valor atribuído pelo fisco ao imóvel, para fins de cobrança do imposto devido.

Sala das Sessões, em de maio de 1970.
(a) — Olívio Belich.

SUPRESSIVA

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

SUPRIMAM-SE: No artigo 48 (quarenta e oito) a expressão "de até a média", bem como inteiramente os dois parágrafos do artigo.

JUSTIFICATIVA: Quando é princípio já corriqueiro na legislação pátria a revisão de salário, vencimentos e custas, na base do percentual estipulado para o aumento do salário-mínimo, percentual representativo de conclusão oficial sobre o aumento do custo de vida ocorrido no ano anterior, não se justifica a expressão contida no artigo 48, "DE ATÉ A MÉDIA", a não ser que se deseje restringir a vigência da Lei a ser votada a uma duração limitada até a data de implantação de novo salário-mínimo, possibilitando anualmente a sua substituição por novo Regimento de Custas. Aprovada a supressão pretendida, considerando já haver ocorrido a implantação do novo percentual do salário mínimo no corrente ano, nada justifica a permanência dos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 48. Assim, pela justiça e oportunidade da Emenda apresentada, espera seu Autor seja recebida e aprovada.

Sala das Sessões, em de de 1970.
(a) — Olívio Belich.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 19-70.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Agricultura, Ministro de Minas e Energia, Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), e ao Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), no sentido de que sejam liberadas as verbas referentes à execução das obras já iniciadas, nos processos de eletrificação rural dos municípios de Arapoti, Palotina e Antonina, para a sua complementação, bem como sejam carreados os necessários recursos para dar início aos Projetos de Jacarézinho e Quatiguá, que já se encontram protocolados no INDA, tão somente aguardando a liberação dos financiamentos para o começo das obras.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1970.
(a) — Haroldo Bianchi

JUSTIFICATIVA: A presente reivindicação tem por finalidade a liberação das verbas para a execução dos planos de eletrificação rural em nosso Estado, considerando que os mesmos vêm sendo realizados com partes dos recursos financeiros, através de contribuição de toda a população rural, por meio da formação de cooperativas de eletrificação.

Como exemplo, podemos citar a Cooperativa de Eletrificação Rural de Maripá Ltda., no Município de Palotina e Cooperativa de Eletrificação Rural de Arapoti Ltda., no Município de Arapoti, as quais já possuem 60% do projeto já executado, com convênio já firmado entre o INDA e DAEE. Também é o caso das Cooperativas já organizadas nos Municípios de Antonina e Quatiguá, e em organização, no município de Jacarézinho, o qual possui 374 propriedades rurais, as quais serão beneficiadas.

Estas obras, já estão programadas no Plano de Eletrificação Rural da Secretaria de Viação, através de seu Departamento de Águas e Energia Elétrica, apenas aguardando a liberação dos financiamentos, cujos processos encontram-se protocolados no Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em Brasília.

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma regimental, comunico à douta Mesa haverem sido escolhidos os nobres colegas deputados Antônio Lopes Júnior e Luiz Renato Malucelli, para exercerem as funções de Vice-Líderes do Governo nesta Casa, cujo registro requireiro seja procedido, para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1970.
(a) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, se registre na Ata dos presentes trabalhos, voto de congratulações ao Centro Social dos Funcionários da Câmara Municipal de Curitiba, pelo brilhantismo e absoluto êxito de que se revestiram as solenidades de abertura do "III Torneio Amarelo", que é realizado e promovido por aquele órgão social, anualmente, e que reúne, em sadia competição esportiva, equipes amadoras de futebol de salão, do comércio, indústria, repartições públicas e meio estudantil da nossa Capital, numa justa homenagem ao saudoso jovem desportista Amarelo Silvério, filho do ilustre deputado e colega Erondy Silvério, que por muitos anos presidiu a nossa Câmara de Vereadores.

Outrossim, solicita que da decisão da Casa dê-se ciência à família do Centro Social dos Funcionários da Câmara Municipal de Curitiba, na pessoa do seu ilustre Presidente, dr. Flávio Horizonte da Costa.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1970.
(a) — Luiz Malucelli.

requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em nossa Capital, do sr. Antônio Videira.

Outrossim, solicita que da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada, à Rua Guilherme Guimarães, 406.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1970.
(a) — Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Requeiro à Mesa, seja encaminhado apelo ao exmo. sr. dr. Paulo Pimentel, D. D. Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja urgentemente regulamentado o Artigo 64, § 1.º, da Nova Constituição Estadual, para que sejam de imediato aprovados os atuais funcionários estaduais, nas vagas existentes, antes da realização de qualquer concurso público.

Este apelo é feito tendo-se em vista já ter sido marcada a data para a realização das inscrições para o concurso de Professor do Ensino Médio, sem que haja qualquer observância daquele dispositivo legal.

Outrossim, solicitaram já os mestres através de requerimento protocolado e por intermédio da Federação dos Professores do Paraná, a competente regulamentação que agora é pedida pelo presente requerimento.

Daí, a Justiça a que se investe o apelo.
Sala das Sessões, 12 de maio de 1970.

(a) Igo Losso.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 65/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de Utilidade Pública o "Centro Passionista de Treinamento de Líderes", com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1970.

(a) Amadeu Puppi!

JUSTIFICATIVA:

O Centro Passionista de Treinamento de Líderes, fundado aos 6 de fevereiro de 1968, na cidade de Ponta Grossa, pelo Revmo. Pe. José Maria Louvera, objetiva fins filantrópicos, de caráter educativo, cultural, beneficente e de assistência social e visa o ensino em vários graus a orientação profissional, amparo à juventude e assistência aos menos favorecidos pela sorte, e, mais especificamente, a formação de líderes para todos os setores da vida social, cultural e econômica do País, sendo todos os serviços da instituição puramente caritativos e gratuitos. A referida entidade tem seus Estatutos devidamente registrados em Cartório competente na cidade de Ponta Grossa, (dos anexos) merecendo portanto o integral apoio do Poder Executivo, designando de Utilidade Pública a referida Entidade, com o que se estará fazendo inteira justiça. Este o escopo do presente Plano de Lei, que ora submetemos à apreciação dos nobres Pares, que temos certeza darão integral apoio.

PROJETO DE LEI N.º 66/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de Utilidade Pública, a "Cruzada de São Sebastião", com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de Maio de 1970.

(a) Amadeu Puppi

JUSTIFICATIVA:

A "Cruzada de São Sebastião", fundada aos 20 de Janeiro de 1962, na Paróquia de São Sebastião, bairro da Nova Rússia, em Ponta Grossa, tem por finalidade o ensino gratuito à infância e alfabetização dos adultos. Presta ainda assistência médica, fornecendo inclusive medicamentos aos pobres, procura extinguir favelas, fazendo construir modestas moradas, porém humanas, assiste ainda moral e religiosamente uma coletividade, fazendo com que gente sem recursos venham a ter uma condição mais digna dentro da sociedade.

A "Cruzada de São Sebastião", pelos relevantes serviços prestados a população pobre da cidade de Ponta Grossa merece seja considerada de Utilidade Pública.

A referida Entidade tem seus Estatutos devidamente registrados em Cartório competente, (doc. apenso), e mas uma Declaração fornecida pela 8ª Inspectoria Regional de Ensino, na qual ressalta ser realmente uma entidade filantrópica. (doc. apenso).

Este o escopo do presente Projeto de Lei, que ora submetemos a apreciação dos nobres Pares, o qual por certo terá integral apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente sr. deputado Luiz Malucelli.

O SR. LUIZ MALUCELLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ao ser inaugurada a Rodovia Ponta Grossa-Itararé, o ministro Mário Andreazza disse que o governador Paulo Pimentel é um grande líder e que, no Paraná, hoje, só se fala em progresso. Recentemente, temos de destacar que somente se fala em progresso, pois hoje progresso é uma constante neste Estado. Neste Governo foi mais que duplicado o número de rodovias pavimentadas, tornando o Paraná mais próximo de seus vizinhos e dos grandes centros consumidores. Esta estrada que hoje está sendo percorrida por milhares de veículos, veio acordar a terra dos tropeiros que, desde o advento do veículo motorizado, estava lentamente agonizando, estrangulada pela falta de um meio de escoamento de sua rica produção. O governador Paulo Pimentel não se esqueceu desta região histórica do Paraná. Mas a importância da PR-11, srs. Deputados, não se restringe apenas ao nosso Estado. A cidade de Itararé, no Estado de São Paulo, também veio acordar com esta via de progresso. A industrialização está começando a se deslocar para o

caminho antes percorrido pelas tropas. No mesmo caminho que anteriormente representou o cordão umbilical da economia nacional, percorrido pelos tropeiros, hoje volta a ter importância fundamental com o escoamento de cereais do Paraná para os grandes centros consumidores e, no retorno, com a vinda dos produtos industrializados.

Sr. Presidente, srs. Deputados: somente vendo-se o entusiasmo em que vive a população beneficiada pela PR-11 é que se poderá compreender melhor as palavras do ministro Mario Andreazza ao dizer que "desenvolvimento é um estado de espírito, e o Paraná teve a felicidade de contar com um líder que criou este estado de espírito". A população da terra dos tropeiros, nesta festa de progresso e desenvolvimento, marcada pela inauguração da estrada, soube agradecer ao governador Paulo Pimentel o que ele fez por eles. Esta festa marcou a volta do antigo esplendor que aquela região conheceu nos tempos passados. Um renascimento, transformando antigos tropeiros em motoristas, criadores de gado, novamente em exportadores, agricultores em homens prósperos, pois agora o que se planta na região se vende com facilidade, a preço real.

Srs. Deputados, o Ministro dos Transportes ressaltou que "desenvolvimento é um estado de espírito, resultante de uma vontade coletiva e somente será possível se todos quiserem. Mas para que todos queiram, é preciso que exista uma liderança que crie esse estado de espírito. O Paraná, neste último período governamental, teve essa grande sorte, conseguiu um grande líder que criou esse estado de espírito, e hoje, no Paraná, de ponta a ponta, só se fala em progresso e em desenvolvimento, e por isso o Paraná avança como um verdadeiro exemplo para esse Brasil novo que nós todos desejamos".

Esse ar de progresso já se faz sentir, não apenas no próprio Estado, mas também nos Estados vizinhos. A população de Itararé, um dos exemplos, quando viu o asfalto chegar até as fronteiras de sua cidade, viu também por ali o progresso. E unanimemente se disse naquela cidade: o governador Paulo Pimentel cumpre o que diz: o progresso vem do Paraná. Esta estrada, srs. Deputados, não acordou apenas os municípios paranaenses dos Campos Gerais. Os municípios paulistas também acordaram para o progresso, atende a PR-11 fez sentir as suas influências. Itararé nunca viu um surto de esperança, esperança de progresso, pois isto começou a chegar. E a sua população afirma que o que não se conseguia em 20 anos, agora, com esta estrada, poderá ser feito em apenas dois anos. E a recuperação do tempo perdido.

Esta rodovia, sr. Presidente, é de importância transcendental. Além de acordar uma região, vem beneficiar também outras regiões do Estado. É o caso da interligação que fará com a rodovia Pato Branco-Três Pinheiros, permitindo ao Sudoeste paranaense o escoamento fácil de sua produção agrícola para os grandes centros consumidores, como São Paulo e Rio de Janeiro. O turismo também vem se beneficiar com ela. Os visitantes paulistas e cariocas encontram nesse caminho um meio mais fácil de chegar a Foz de Iguaçu e ao Paraguai.

No Paraná somente se fala, hoje em progresso. E o progresso vem rápido, pois o governador Paulo Pimentel, srs. Deputados vem dando condições para isto. A Rodovia Ponta Grossa-Itararé representou um salto enorme para o desenvolvimento de uma vasta região. Deu novo ânimo para os homens públicos e trabalhadores dos Campos Gerais, para o desenvolvimento de sua região. Mas isso é apenas uma parcela do que este Governo tem feito para o desenvolvimento do Paraná. Rodovias como as se estão nascendo em todo o Estado. Basta dizer que em apenas um governo foi duplicado o número de estradas pavimentadas. E isto demonstra o que o governador Paulo Pimentel tem feito por este Estado. Antes de terminar o seu Governo, já podemos dizer que cumpriu a sua missão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Olivir Gabardo, inscrito.

O SR. OLIVIR GABARDO — Sr. Presidente srs. Deputados.

Já pela terceira vez, sr. Presidente assumimos esta tribuna para solicitar da Mesa urgência na instalação da Comissão Especial para elaboração da Lei Orgânica dos Municípios. Gostaria, sr. Presidente, também, de passar às mãos de V. Exa., para quando for instalada esta Comissão, possa ela contar com os subsídios que acabamos de receber da Câmara Municipal de Londrina, subsídios acompanhados de um ofício em que diz: (Lê)

"LONDRINA, em 11 de maio de 1970.
Excelência

Temos a satisfação de encaminhar ao conhecimento de Vossa Excelência exemplar do Regimento Interno, em tramitação na Câmara Municipal de Londrina, esperando que, quando da aprovação da Lei Orgânica dos Municípios, pela Assembleia do Estado, possa o ilustre Deputado oferecer os subsídios necessários para o seu legal cumprimento.

Agradecemos antecipadamente a especial atenção que sabemos receber de Vossa Excelência e apresentamos nossos protestos da mais alta estima e superior consideração.

Atenciosamente.

Francisco Olivieri — 1.º Secretário
Daniel Gonçalves — Presidente da Câmara.

Ora, sr. Presidente, já estamos sentindo que as comunas interioranas já começam a remeter a esta Casa, sr. Presidente, subsídios para a elaboração deste tão almejado instrumento de orientação para a vida política dos nossos municípios interioranos. Todavia, a mim parece, não terem sido ainda indicados pela liderança da ARENA, o nome dos srs. Deputados que deverão compor esta Comissão (razão pela qual eu também consultaria ao nobre líder da bancada a respeito do Governo, deputado Erondy Silveiro, se já foram feitas as indicações por parte da bancada da ARENA, mas, de qualquer forma, fica aqui o nosso apelo no sentido de que a liderança da ARENA faça as indicações desde logo, a fim de que esta Comissão possa iniciar os seus trabalhos. Sabemos que será um trabalho longo e exaustivo, daí porque não poderíamos deixar a sua realização para o final do ano, como já disse, porque atividades políticas criam óbices e atrapalham os trabalhos desta Comissão. Gostaria também de fazer mais uma consideração em torno do pronunciamento que fiz aqui em dias anteriores, quando endereçamos ao sr. Secretário de Educação um requerimento solicitando informações quanto ao pensamento da Secretaria em relação à disposição do Governo em cumprir o disposto no Artigo 64 parágrafo 1.º da Constituição, que admite a nomeação para o segundo cargo, independentemente de concurso, desde que o funcionário já venha provendo um cargo mediante ingresso por concurso público e mais, solicitamos também ao sr. Secretário de Educação informações sobre a posição da Secretaria de Educação em relação aos professores suplemen-

tares e, finalmente, a posição da Secretaria de Educação em relação ao concurso para provimento dos cargos de professores de ensino médio do Estado do Paraná.

Queremos declarar e frisar nesta tribuna que o precursorado do Estado do Paraná aguarda realmente ansioso a realização do concurso para provimento dos cargos de professor do ensino médio. Também somos desta mesma opinião que o concurso deve ser realizado, pois há necessidade efetiva de professores nos estabelecimentos e, a cada dia que passa, há necessidade de contratar professores suplementaristas, criando ou dificultando ainda mais a solução dos problemas dos professores suplementaristas.

Portanto, somos favoráveis à realização deste concurso. Todavia, dissemos naquela oportunidade que o Estado deveria fazer um levantamento das necessidades reais de professores para as escolas médias do Estado do Paraná. E esse levantamento, enviar mensagem à esta Casa, criando os cargos que se fizerem necessários. Porque, atualmente, temos quase certeza absoluta, mais de três mil professores serão necessários para preencher todas as necessidades dos estabelecimentos de ensino secundário. Entretanto, o Estado criou 600 vagas, que não correspondem às necessidades mínimas.

Ora, com o dispositivo da Constituição Estadual que admite a nomeação, a independentemente de concurso, para um segundo cargo, considerando que a Secretaria parece já ter convocado concurso para junho próximo, há necessidade de que estas providências preliminares sejam efetuadas a fim de que não se crie um problema mais sério, que seria o da realização de um concurso, com um número de vagas muito pequeno, que não correspondem às mínimas necessidades dos estabelecimentos de ensino médio do Estado do Paraná. E, portanto, preenchidos estes cargos estaria infringindo os dispositivos das Constituições Estadual e Federal que prevêem a nomeação para um segundo cargo, independentemente, de concurso.

Portanto, quero formular novamente desta tribuna, um apelo ao sr. Secretário de Educação para que informe a esta Casa aquele pedido de informações que aqui foi aprovado.

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. aborda matéria relevante de alto interesse para a vida pública do Paraná. V. Exa. faz um apelo para que se dê a devida atenção à fatura da Lei Orgânica dos Municípios.

Ainda o ano passado, como há pouco me lembrou o nobre deputado Eurico Freitas, o Governo, através do Secretário do Interior e Justiça, anunciava pela imprensa que estava elaborando um estudo de adaptação constitucional do quadro de estrutura da Lei Orgânica dos Municípios. Se o propósito anunciado foi devidamente efetivado, seria valiosa a colaboração para que a fatura da Lei nesta Casa encontrasse um quadro válido como este que requer meditação, competência, dedicação amorosa para a sua realização de uma lei que conta para sua fatura com dificuldades, necessitando de atrevido de Direito para que possa o diploma sair a contento.

Esta lembrança é para que o Governo se fez se elaborar, o estudo, que remeta, com urgência, para esta Casa, pois assim estaria prestando mais um serviço ao Legislativo e ao povo do Paraná.

Quanto ao Quadro do Professor Suplementarista objeto da formulação feita por V. Exa. ao sr. Secretário da Educação, lembro que foi prescrito, na Constituição do Paraná, um prazo ao Governo para definição do regime jurídico do suplementarista do Estado, prazo esse que já vai correndo desde março. E seria de bom alvitre que tivéssemos notícias de pelo menos a constituição de uma comissão de trabalho para fatura desse estudo que requer, também, muito zelo, muita dedicação, para que saia bom, mormente no que tange ao aspecto do magistério paranaense pois existem certas complexidades que são de todos conhecidas. O suplementarista do Paraná é aquele que representa 90% do professorado do Paraná. A sua situação jurídica é indefinida nada há em seu favor, necessitando de tudo. E então, esse estudo requer muito cuidado e zelo, para que seja bem feito, pois que o tempo está correndo e ainda não temos notícias dele.

Congratulo-me com V. Exa., porque acordando, despertando, o interesse governamental para problema de tal monta está, como sempre faz, nesta Casa, prestando mais um serviço ao Paraná.

O SR. OLIVIR GABARDO — Agradeço a V. Exa., nobre deputado Alencar Furtado, o valioso, inestimável e esclarecedor aparte.

Devo dizer mais, nobre Deputado, realmente, as comunas interioranas no que respeita a sua Lei Orgânica, vivem, há vários anos, em permanente estado de confusão. Nós já tivemos duas constituições em vigor, entretanto, nada se fez em relação à Lei Orgânica. E esses municípios não sabem como disciplinar a sua vida, se em relação a essas disposições constitucionais, ou pela Lei Orgânica que está, até o presente momento, em vigor.

Daí porque apelo para que esse estudo, se é que realmente — como informa V. Exa. — foi anunciado por parte do Executivo, que também chegue a esta Casa.

Acaba de nos informar o ilustre Líder do Governo que já fez a indicação dos membros da ARENA que comporão a Comissão. E eu apelarai a esses membros que procurassem se reunir rapidamente para iniciar o estudo da Lei Orgânica que é um estudo sério, a descoberto, que deverá receber muitos subsídios do interior que requererá de nossa parte, estudos bastante aprofundados.

No tocante à situação do magistério, eu diria, acrescentando ainda ao que já disse, que as 600 vagas existentes para o ensino médio não atendem, acredito, às necessidades da Capital, muito menos, as do interior, de nosso Estado. Daí porque se o Estado já marcou concurso segundo informações que recebemos, não oficialmente, há necessidade de que o sr. Secretário de Educação faça realmente um levantamento das necessidades de todos os estabelecimentos do Estado do Paraná a fim de realizar este concurso, e atender inclusive os dispositivos da Constituição, no art. 64, § 1.º que dá o direito, às professoras já concursadas, de serem nomeadas independentemente de concurso.

Fica, portanto aqui registrado este nosso apelo, e a certeza de que o sr. Secretário de Educação remeterá as informações solicitadas por esta Casa, dentro do mais breve espaço de tempo. Era o que tinha a dizer, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 srs. Deputados.

Sobre a mesa, emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.º 25-70, submetido pelo sr. deputado Olivir Felch, em número de seis. — São encaminhadas para ser anexada ao projeto.

Projetos de lei de autoria do sr. deputado Amadeu Puppi, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avaliado distribuído aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 138-69, autorizando o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Feira Intercolegial Estudantil do Livro". (F.I.E.L.) — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 138/69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a "Feira Intercolegial Estudantil do Livro", (F.I.E.L.), com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1970.

(Ass.) Ivo Tomazoni — Presidente

Olavo Ferreira — Relator

Agualdo Pereira Lima

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 16-70, Mensagem n.º 2-70, encaminhando Anteprojeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a obter empréstimos externos para Obras Rodoviárias Estaduais. — **Aprovado.**

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45-70, Mensagem n.º 12-70, encaminhando Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação do "Fundo Especial de reequipamento Policial "FUNRESPOL". — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5-70, que autoriza o Poder Executivo firmar, através do Departamento de Estradas de Rodagem com a Prefeitura Municipal de Imbituva, convênio de auxílio e cooperação para a construção de uma Ponte sobre o Rio Imbituvinha. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de "Urgência". — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 5/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a firmar, através do Departamento de Estradas de Rodagem com a Prefeitura Municipal de Imbituva, convênio de auxílio e cooperação, para a construção de uma ponte sobre o rio Imbituvinha, na ligação Imbituva à rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de janeiro de 1970.

(a) Antônio Lopes Júnior.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 5/70

O presente projeto visa autorizar o Poder Executivo a firmar, através do DER, convênio com a Prefeitura Municipal de Imbituva para construção de uma ponte no acesso daquela cidade a rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu.

O processo técnico está pronto no DER. E no projeto nada há que impeça a sua aprovação. É legal e constitucional motivo porque somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1970.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Luiz Renato Malucelli — Relator

Ivo Tomazoni

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 5/70

Objetiva o nobre deputado Antônio Lopes Júnior, com o presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a firmar convênio através do D.E.R., com a Prefeitura Municipal de Imbituva, de cooperação e auxílio, para a construção de uma ponte sobre o rio Imbituvinha, ligando Imbituva à rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu.

Em se tratando de celebrar convênio, cremos nós, estar o projeto de lei muito bem enquadrado de conformidade com o disposto na Constituição Estadual art. 47 item IX, que reza ser da competência do Governador, firmar convênios com a União, com os Estados e com os Municípios, ad-referendum da Assembleia Legislativa.

Pelas razões expostas, opinamos pela sua aprovação, por entendermos que o mesmo não fere qualquer dispositivo de ordem financeira.

Sala das Comissões, em 5 de Maio de 1970.

aa) Sílvio Barros — Presidente

Roberto Wypych — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. Erondy Silvério, constante do Expediente, comunicando haverem sido escolhidos os srs. deputados Antônio Lopes Júnior e Luiz Malucelli, para exercerem as funções de Vice-Líderes do Governo nesta Casa. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Antônio Videira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 19-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Lasso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Governador do Estado, no sentido de que seja urgentemente regulamentado o Artigo 64, § 1.º, da Constituição Estadual. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Haroldo Bianchi, constante do Expediente, solicitando que seja oficiado aos srs. Ministro da Agricultura, Ministro de Minas e Energia, Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e ao Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente, solicitando votos de congratulação ao Centro Social dos Funcionários da Câmara Municipal de Curitiba. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 776-63;

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 45-70;

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5-70;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35-70;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 1-70.

Levanta-se a Sessão.

**4ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura
Ata da 41ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 12 de maio de 1970 (Terça Feira)**

Presidência do senhor deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Arnaldo Busato e Haroldo Bianchi.

As 15.00 horas, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Francisco Escorsin — Arthur de Souza — David Federmann — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Olivio Belich — Leopoldo Jacomet — Agnaldo Pereira Lima — Alencar Furtado — Amadeu Puppi — Antônio Lopes Júnior — Armando Queiroz — Abrahão Miguel — Arnaldo Busato — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Eurico Rosas — Fabiano Braga Cortes — Igo Lasso — Ivo Tomazoni — Jorge Sato — Luiz Cruz — Luiz Malucelli — Nelson Buffara — Olivir Gabardo — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Roberto Galvani — Roberto Wypych — Seme Scalf — Sílvio Barros e Túlio Vargas (33), achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Fuad Nacli — João Mansur — Olavo Ferreira — Pinto Dias e Wilson Fortes (5).

Verificada a existência de número legal, o senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão extraordinária, anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 senhores Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 327-69, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 80-69, de autoria do deputado Fuad Nacli, que autoriza o Poder Executivo, celebrar convênio com o Município de Campo Novo, objetivando construção de estrada numa extensão de 30 quilômetros que ligará a sede do referido município ao de Catanduva. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciação pelo Plenário.

Encerrada a discussão. Em votação. — **Mantido o veto, rejeitado o projeto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira quinze minutos após a realização da sessão ordinária com seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 328-69.

Levanta-se a sessão.

**4ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura
Ata da 42ª Sessão Ordinária
Realizada em 13 de maio de 1970 (Quarta Feira)**

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Seme Scalf e Ivo Tomazoni.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Francisco Escorsin — Arthur de Souza — David Federmann — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Olivio Belich — Leopoldo Jacomet — Agnaldo Pereira Lima — Alencar Furtado — Amadeu Puppi — Antônio Lopes — Júnior — Armando Queiroz — Arnaldo Busato — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Eurico Rosas — Fabiano Braga Cortes — Fuad Nacli — Igo Lasso — Ivo Tomazoni — Jorge Sato — Luiz Cruz — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Olivir Gabardo — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Roberto Wypych — Seme Scalf — Sílvio Barros — Túlio Vargas e Wilson Fortes. (34), achando-se ausentes os senhores deputados Abrahão Miguel, João Mansur, Luiz Malucelli e Roberto Wypych (4).

Verificada a existência de número legal, o senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede a leitura do expediente

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os ns. 33, 35 e 37-70, do senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Leis ns.:

272-69: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 56-69, que objetiva transferir à Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR —, os móveis que especifica de propriedade do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.092. — *Agradeça-se.*

34-70: — Oriundo de Mensagem Governamental sob n. 470, oferecendo garantia do Estado do Paraná, em contrato de financiamento que objetiva o repasse pelas centrais elétricas brasileiras à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, nos termos do contrato celebrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento em 12.3.69, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.091. — *Agradeça-se.*

237-69: — Do senhor Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública o "Clube Cultural Recreativo Divina Pastora" da cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.093. — *Agradeça-se.*

Sob o n. 34-70, do senhor Governador do Estado, no qual acusa recebido e agradece requerimento de autoria do senhor deputado FRANCISCO ESCORSIN. — Ao conhecimento do senhor Deputado interessado.

Sob o n. 36-70, do senhor Governador do Estado, no qual acusa recebido e agradece ofício expedido por esta Casa de Leis, de autoria do senhor deputado ERONDY SILVERIO. — Ao conhecimento do senhor Deputado interessado.

Sob o n. 38-70, do senhor Governador do Estado, no qual acusa recebido e agradece requerimento subscrito pelo deputado OLAVO FERREIRA, e comunica que o referido requerimento foi encaminhado ao órgão competente para as medidas cabíveis. — Ao conhecimento do senhor Deputado interessado.

Sob o n. 280-70, da Diretoria de Publicações da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, encaminhando os I e II volumes de Anais referentes ao período de 10 de março a 28 de abril de 1967, daquela Assembleia. — Ao conhecimento da Casa — *Agradeça-se.*

CONVITES:

Do senhor GIANFRANCO BERTONI, presidente do Centro Cultural Italo Brasileiro "DANTE ALIGHIERI", para as solenidades festivas do XXo Aniversário de sua fundação. — Ao conhecimento da Casa.

Da Diretoria da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância "SAZA LATTES", convidando a Presidência desta Casa as festividades de inauguração da Loja Açores, afiliado àquela entidade. — Ao conhecimento do senhor Presidente.

Do Banco Expansão Industrial de São Paulo S. A., convidando a Presidência desta Casa para participarem das solenidades de inauguração de sua nova Agência, à Rua XV de Novembro n. 543 em nossa Capital. — Ao conhecimento do senhor Presidente e da Casa.

TELEGRAMAS:

do senhor DANIEL GONÇALVES, presidente da Câmara Municipal de Londrina nos seguintes termos:

Por solicitação vereador Alcione Vesper Pimpão Ferreira Alves este Legislativo aprovou telegrama com seguinte texto pt Câmara Municipal Londrina vg congratula-se pronunciamento deputado João Olivir Gabardo vg sobre concurso provimento professores ensino médio pt análise deputado procede vg encarecermos atendimento efetivação regulamentação professores suplementarista com ganho de causa justiça conforme acórdão Egrégio Tribunal Justiça Paraná pt resp. SDS. — Ao conhecimento do senhor Deputado interessado.

Do senhor professor DINO ZAMBENEDETTI, presidente da Associação dos Professores Licenciados do Norte do Paraná, nos seguintes termos:

A Associação dos Professores Licenciados do Norte do Paraná hipoteca irrestrito apoio ao of. apresentado pela Federação dos Professores do Paraná a fim de em hipótese nenhuma seja adiado concurso para ensino médio et que seja aberto um número suficiente de vagas para atender a todos os que tem direito ao segundo padrão conforme os artigos 60 et 64 Constituição estadual bem como a todos os que forem aprovados em concurso em julho próximo. PT — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor JOAO RIBEIRO JUNIOR, diretor do I.B.C. da Região Sul, nos seguintes termos:

Sobremaneira honrada prestigiamen recebido Poder Legislativo meu Estado vg Solicito Vossencia transmitir senhores Deputados o meu comovido agradecimento pt Atenciosamente JOAO RIBEIRO JUNIOR. — Ao conhecimento da Casa.

EMENDAS:

Emenda ao Projeto de Lei n. 25-70

TABELA XVIII — Atos dos Oficiais de Justiça

I — Onde se lê: Auto de Qualquer natureza, inclusive os atos complementares NCr\$ 5,00
Coloque-se Auto de qualquer natureza, inclusive os atos complementares Cr\$ 10,00

Justificativa: Os autos lavrados pelos oficiais de Justiça são peças importantíssimas, como é de conhecimento de todos, valendo em muitos casos e até se equiparando a escrituras públicas, além dos casos de posse nos possibíes de direitos. São respeitados por todos porque raduzem fielmente a lei e o

direito, constando deles a realidade dos fatos.

II — Onde se lê: Citações, intimações ou notificações, por pessoa, inclusive certidões NCr\$ 3,00
Coloque-se Citações, intimações ou notificações, por pessoa, inclusive certidões NCr\$ 8,00

Justificativa: O processo tem a instância instaurada pela citação, cabendo ao Oficial de Justiça a grande responsabilidade da mesma, valendo-se de sua fé pública, certificando haver citado devidamente a quem de direito, nascendo assim propriamente dito o processo, e, possibilitando ao Juiz, daí em diante, a facilidade de presidi-lo, como a lei estabelece.

III — Contra fé por pessoa NCr\$ 0,50
Coloque-se contra fé, por pessoa NCr\$ 2,00

Justificativa: São as cópias que o Oficial de Justiça é obrigado a fornecer aos citados no ato da realização da diligência no cumprimento do mandato expedido pelo Juiz. Não raro desembolsam eles — os Oficiais de Justiça — determinadas quantias para o devido e necessário cumprimento.

IV — Onde se lê: Pelos atos que praticarem nas sessões do Juri, inclusive certidões para ordenações de processos, de cada dia de sessão NCr\$ 3,00
Coloque-se: Pelos atos que praticarem nas sessões do Juri, inclusive certidões para ordenação de processo, de cada dia de sessão NCr\$ 6,00

EMENDA

AO Projeto de Lei n. 25-70

V — Todos os atos que praticarem dois Oficiais de Justiça, serão as custas em dobro.

Justificativa: Não raro, prescinde do trabalho e dedicação de dois oficiais de Justiça, certas diligências que não são nem porisso consideradas especiais; daí porque, é de justiça que as custas serão computadas em dobro, pois, o trabalho desenvolvido é feito pela participação conjunta de dois metrinhos.

VI — Certidão de diligências negativas, sem culpa provada do Oficial de Justiça: metade das custas de direito.

Justificativa: Nem sempre, logicamente, mas às vezes ocorre que o advogado, involuntariamente, fornece o endereço da parte contrária ou de uma testemunha que mais tarde se verifica não existir ou não conferir; perde então o metrinho tempo e dispende dinheiro para chegar até o endereço inexistente ou errado. Ora, desloca-se então para uma rua fora do centro, em bairro distante, e não encontra a pessoa indicada; deve então receber pela certidão negativa, no mínimo, metade das custas normais de direito, pois, o contrário estaria ele trabalhando inutilmente, gastando dinheiro de seu próprio bolso, por culpa não dele e sim do fornecedor da-quele endereço não encontrado.

V — da Condução. Onde-se lê:

a) — Dentro do perímetro urbano NCr\$ 2,00
b) — fora do perímetro urbano NCr\$ 3,00

VII — Leia-se e coloque-se:

a) — dentro do quadro urbano NCr\$ 3,00
b) — fora do quadro urbano NCr\$ 4,00
c) — além do limite por quilômetro NCr\$ 0,30

Justificativa: A condução é o meio único e imprescindível para que o Oficial de Justiça atinja seu objetivo: cumpre o mandato. Cidade grande ou pequena, não terá jamais o Oficial de Justiça condições a cumprir urgentemente o mandato judicial sem dispor de condução.

E o advogado sempre a exigir do Oficial de Justiça o cumprimento rápido do mandato, chegando até a represenar contra ele quando não tem andamento esperado.

E de outro lado, também o Juiz a exigir que ele cumpra o mandato que fora entregue dentro de cinco dias quando não, em menor prazo. Sem a condução jamais poderá ele dar cumprimento fiel. Daí ser obrigado a recorrer aos meios de condução e, para isso, vem se adotando em quase todo o Estado a prática da aquisição de veículo próprio. Logicamente financeira para que possa o metrinho cumprir com maior rapidez possível o mandato; dispende para isso de verba economizada há longos anos ou então faz empréstimo bancário para custear a entrada. Dizer-se que pode o Oficial de Justiça valer-se dos coletivos não tem sentido. Jamais poderá ele ater-se ao uso de um coletivo, pois, há endereços em lugares onde eles não tem acesso, como se sabe. Mesmo assim, o tempo perdido para a espera de um coletivo e o lento andamento do mesmo, jamais daria à Justiça o esperado, tal seja o cumprimento rápido, veloz, imediato do mandato.

VIII — Do citado, notificando ou intinuando que causarão dificuldades, além da 3a. diligência, devidamente certificada, as custas comuns serão majoradas em 50%.

Justificativa: É mais do que comum. Sempre acontece que o citando ou coisa que valha procura fugir à citação, notificação ou intimação. É uma viagem imaginária ou uma afirmação que a pessoa faz dias que não vem almoçar, etc. etc. e assim cria a pessoa a membros de sua família dificuldades para o Oficial de Justiça cumprir no prazo de lei o mandato. Volta ele uma, duas e muitas vezes, sempre não encontrando a pessoa desejada. Perde tempo, dinheiro e não alcança seu fim. Daí a necessidade compreensível de ser remunerado no percentual acima determinado.

IX — Nos autos de qualquer natureza, até duas horas de trabalho, consequentes as custas serão comuns.

Fora desse horário, por hora NCr\$ 3,00
Justificativa: Normalmente se ocupa o Oficial de Justiça de mais ou menos duas horas de trabalho para cumprir o mandato.

Há casos, no entanto, que necessita ele de trabalho extra, em horas além das duas citadas, daí merecer, por hora de trabalho, a quantia de NCr\$ 3,00 (três cruzeiros novos). Cita-se, a exemplo, despejos em casas comerciais, pensões, hotéis, lojas, etc., que, um despejo às vezes exige dos Oficiais de Justiça um dos dois dias de trabalho seguidos, varando a noite.

X — Nas ações de valor até NCr\$ 5.000,00, custas comuns.
a) acima desse valor até NCr\$ 20.000,00, majoração de 50%;
b) além de NCr\$ 20.000,00, sem limite, majoração em dobro.

Justificativa: Todos os serventários da Justiça recebem custas proporcionalmente aos valores das ações. Assim é que os senhores escrivães, tabelães, etc. recebem daquela forma. Porque não o Oficial de Justiça, se é

ele que, pelo seu trabalho dedicado, ao cumprir o mandato, instaura a instância e dá assim a possibilidade de todos receberem as custas proporcionais? Em todos os Estados da Federação e, cita-se, para ilustração, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Guanabara, as custas dos Oficiais de Justiça obedecem a esse critério, em paridade justa com os demais serventários da Justiça, seguindo assim a própria Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1970.

a) Olívio Belich

EMENDA

Ao Projeto de Lei n. 25-70

Tabela XII — Dos Atos dos Oficiais do Registro Civil

III — Onde se lê

Habilitação para casamento, inclusive o preparo de todos os documentos

NCR\$ 30,00

Leia-se e coloque-se

Habilitação para casamento, inclusive o preparo de todos os documentos

NCR\$ 50,00

Justificativa: O preparo do processo de casamento se trata de ato solene, com tramitação que requer observância e diversos acatamentos de ordem funcional. Por tal motivo, devido a minuciosidade e tempo dispendido, nada mais justo do que o aumento da taxa.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1970.

a) Olívio Belich

EMENDA

Ao Projeto de Lei do Regimento de Custas

Acrescente-se onde couber, ou modifique-se para:

"Os processos distribuídos anteriormente à vigência da presente Lei, serão contados na forma do Regimento anterior".

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1970.

a) Antônio Lopes Júnior

Justificativa: De um modo geral o ingresso em juízo está na dependência de um cálculo de despesas. Não pode ser alterado, independente da vontade das partes.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Paulo Peli, solicitando Regime de Urgência para o projeto de Lei n. 249-69.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer a inserção em Ata de voto de repositio pela escolha do dr. Jorge Raudeminski, para o cargo de Diretor de Rendas Internas, da Secretaria da Fazenda, e o dr. Renato Ferreira de Mello, indicado para a 6a. Delegacia Regional da Fazenda.

Ambos os servidores são possuidores de longa e exemplar folha de relevantes serviços prestados ao Estado, no setor fazendário, no qual sempre se destacaram pelo denodo e eficiência com que se desincumbiram das tarefas que lhes atribuíram no curso das respectivas vidas funcionais.

Esse reconhecimento da Administração a dois dedicados servidores, deve ser prestigiado pela Assembleia Legislativa, pois representação a reafirmação do Governo Paulo Pimentel em estruturar o serviço público através da valorização do elemento humano capaz e autêntico, como se vê nessa promoção dos dres. Jorge Raudeminski e Renato Ferreira de Mello.

Requer, ainda, que se dê ciência aos homenageados da decisão do nobre Plenário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1970.

a) Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos do Regimento Interno, Requer, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos de hoje, um Voto de Regozio à la. Câmara Civil, e ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que em data de ontem concedeu Mandato de Segurança em favor do vereador Irineu Agnes, contra ato da Câmara Municipal de Toledo que lhe havia cassado o mandato de vereador.

Requer ainda que se dê ciência deste requerimento ao senhor vereador Irineu Agnes.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1970.

a) Ivo Tomazoni

JUSTIFICATIVA:

Em data de 14 de dezembro de 1969, valendo-se de maioria eventual, a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Toledo, cassou o mandato do vereador Irineu Agnes, baseada em dispositivo do Regimento Interno, que contraria frontalmente disposição de Lei Maior.

Contra o ato da Câmara Municipal foi interposto Mandado de Segurança, no qual foram ressaltadas as ilegalidades decorrentes da cassação.

O Juiz de Direito daquela Comarca denegou o ordem.

Houve recurso para o Tribunal de Justiça do Estado, e ontem após sustentação oral do advogado Duílio Melani a la. Câmara Civil, por unanimidade de votos concedeu o Mandato de Segurança tornando sem efeito o ato de cassação do mandato do vereador, que assim retorna à sua Cadeira que tanto tem dignificado.

Senhor Presidente:

Os Deputados infra-firmados requerem, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor JOÃO DE CARVALHO SILVA, ocorrido em data de ontem na localidade de Divisa Nova, Minas Gerais.

O extinto é progenitor do dr. José Vaz de Carvalho, Secretário do Trabalho e Assistência Social do Paraná e ex-deputado estadual. O senhor João de Carvalho Silva, homem simples do interior mineiro, soube com seu trabalho educar uma numerosa prole, que hoje honram a sua família e prestam relevantes serviços à causa pública brasileira.

Os signatários requerem, ainda seja dada ciência da manifestação desta Casa à família enlutada na pessoa do exmo. senhor Secretário dr. José Vaz de Carvalho.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1970.

(aa) Wilson Figueiredo Fortes — Ivo Tomazoni e Alencar Furtado

PROJETOS DE LEI N:

PROJETO DE LEI N. 67-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba, através das Secretarias de Saúde e da Segurança Pública, para criação, instalação e manutenção de "Postos de Assistência Comunitária" nos bairros ou distritos da Capital mencionados no Parágrafo 2.º deste artigo.

§ 1.º — "Postos de Assistência Comunitária", para conceituação desta lei, são órgãos destinados a proporcionar atendimento médico, sanitário e condições de segurança aos moradores de Curitiba, através da descentralização desses serviços públicos.

§ 2.º — Os "Postos de Assistência Comunitária" serão sediados e funcionário nos seguintes distritos e bairros:

- a) — Pilarzinho
- b) — Mercês
- c) — Santa Felicidade
- d) — Barigui (Seminário)
- e) — Bacachari
- f) — Barreirinha
- g) — Cajuru
- h) — Boqueirão
- i) — Uberaba
- j) — Vila Guaiara
- k) — Portão
- l) — Umuarama

Art. 2.º — A Administração dos "Postos de Assistência Comunitária", que será exercida pelos órgãos competentes das Secretarias de Estado signatárias do convênio e pela Prefeitura Municipal de Curitiba, nos limites das respectivas atribuições, fica, constituída pelos seguintes serviços:

- 1) — rádio-patrulha
- 2) — Ambulatório de primeiros socorros
- 3) — enfermaria de plantão
- 4) — Educação sanitária
- 5) — Telefone público

Art. 3.º — Do convênio a ser lavrado deverá constar as atribuições das entidades públicas vinculadas aos "Postos de Assistência Comunitária" obedecendo os seguintes critérios:

§ 1) — Caberá à Prefeitura Municipal a instalação dos "Postos de Assistência Comunitária", mediante a construção de prédios próprios, bem assim a instalação de telefones públicos.

§ 2) — Incumbirá à Secretaria de Segurança Pública manter os serviços de rádio-patrulha e à Secretaria de Saúde indicar e lotar em cada "Pósto de Assistência Comunitária" educadores sanitários e enfermeiros plantonistas, bem como aparelhar e manter o ambulatório de primeiros socorros.

Art. 4.º — As atribuições específicas de cada serviço e a forma de funcionamento serão definidas em decretos-lei baixados pelos Chefes de Poderes Executivo Estadual e Municipal, nas esferas das respectivas competência, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do convênio de que trata o artigo 1.º desta lei.

Art. 5.º — Deverá ser incluída dotação própria no Orçamento do Estado para o exercício financeiro de 1970, com destinação específica de ampliar serviços dos "Postos de Assistência Comunitária" já instalados e instalação de novos em bairros ainda não beneficiados.

Art. 6.º — As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da verba própria do Orçamento do Estado do Paraná.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1970.

a) ERONDY SILVERIO

PROJETO DE LEI N. 68-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada, na sede do município de Califórnia, uma Escola Técnica de Comércio, de 2.º Ciclo, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1970.

(a) SEME SCATT

JUSTIFICATIVA:

O acentuado progresso que experimenta o município de Califórnia, está a exigir das autoridades públicas a criação de tal estabelecimento de ensino. Aliás, cabe ao Estado proporcionar o mínimo de condições para que seus habitantes recebam a necessária instrução, no campo da educação.

Além do mais, a instalação da escola preconizada pelo presente plano de lei, virá, sem dúvida alguma, desonerar o orçamento doméstico dos moradores daquele município, o que por aí só justifica plenamente, a apresentação da presente proposição.

Nesta condições submetemos o presente projeto à consideração de vossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio.

PROJETO DE LEI N. 69-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Telepar, com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1970.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

A "Fundação Telepar", regularmente constituída, tem por finalidade principal complementar os serviços sociais, assistenciais, educativos e previdenciários prestados aos empregados da Companhia de Telecomunicações do Paraná bem como a seus familiares.

Não tendo finalidade lucrativa, a par do seu sentido assistencial, enquadra-se perfeitamente na legislação que define as instituições que podem ser alcançadas pela declaração de utilidade pública, pelo que esperamos o acolhimento do presente projeto pelos nobres Deputados que integram esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 70-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, com os municípios de Palmital, Roncador e Pitanga, um convênio para a construção de uma ponte sobre o rio Cantu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1970.
(a) ARMANDO QUEIROZ

JUSTIFICATIVA:

O município de Palmital está situado no Centro-Oeste do Estado. Não possui acesso fácil, cómodo, sequer razoável, ao Norte do Paraná. Nos dias de hoje a ligação se faz por Pitanga-Roncador, cerca de 100 quilômetros. No entanto, abrindo-se uma estrada de Palmital a Roncador, a distância se reduz para 45 quilômetros aproximadamente. Há necessidade, todavia de se construir essa estrada e uma ponte sobre o Rio Cantu.

Consultado o D.E.R., bem como os Prefeitos interessados, admite-se viabilidade para o empreendimento.

O D.E.R. construirá a ponte e as Prefeituras de Palmital e Roncador a estrada, desde a locação até a terraplanagem.

A presença do município de Pitanga, no convênio se faz necessário da vez que parte da estrada terá que ser feita em seu território. O mesmo acontecendo com a ponte. Onus alium recairá sobre esse município.

Acontece que o Poder Executivo só pode firmar convênio para a feitura da obra, mediante autorização legal deste Poder. E' o que se está a pedir.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra para o Grande Expediente ao senhor deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, senhores Deputados.

Pretendia, desta tribuna, analisar um episódio ocorrido em dezembro de 1969 no município onde obtive a maior soma de votos nas eleições de 1966.

Precisamente a 14 de dezembro de 1969 a Câmara Municipal de Vereadores de Toledo, valendo-se de uma maioria eventual, cassava o mandato do vereador da Aliança Renovadora Nacional Irineu Agnes, invocando o Regimento Interno daquela Casa.

O vereador, colhido de surpresa pela decisão daquela maioria eventual, deu entrada o mandato de segurança, o qual não teve acolhida pelo Juiz de Direito daquela comarca. Houve então o recurso ao Tribunal de Justiça do Estado. Ontem, após a sustentação oral, brilhante do dr. Dullio Melani, a la. Vara Cível, por unanimidade de votos dos senhores Desembargadores, acolheu e concedeu o mandato de segurança do senhor vereador que assim retorna à sua cadeira que tanto honrou e tanto dignificou naquele Legislativo municipal.

E' motivo, portanto, de satisfação para este Deputado, que tem na pessoa do vereador Irineu Agnes um grande amigo e um grande companheiro. Por este motivo não poderia deixar de passar despercebida a oportunidade e não poderia deixar de solicitar aos nobres pares com assento nesta Casa coto ao requerimento de congratulações dirigido à la. Câmara Cível e ao Tribunal de Justiça do Paraná, que devolveram ao Legislativo um de seus mais brilhantes membros.

Sr. Presidente, vários dos senhores Deputados subscreveram e apresentaram à Casa requerimento solicitando um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor João de Carvalho Silva, ocorrido em data de ontem na localidade de Divisa Nova, no Estado de Minas Gerais.

O extinto era progenitor do dr. José Vaz de Carvalho, atual Secretário do Trabalho e Assistência Social e ex-deputado estadual.

O sr. João Carvalho Silva, homem simples do interior mineiro soube, com seu trabalho, educar uma numerosa prole que hoje honra a família e presta relevantes serviços à causa pública brasileira, principalmente neste Estado.

Os subscritores deste voto de profundo pesar ao encaminharemos à consideração do Plenário os termos deste requerimento não poderíamos deixar de, desta tribuna, estender ao senhor José Vaz de Carvalho as suas profundas condolências pelo ocorrido, e a certeza de que na sua dor estão solidários todos quantos tiveram a honra de conviver com Sua Excelência.

Muito obrigado. (PAUSA)

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra, o nobre deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados, estava aguardando desta tribuna, que a minha Assessoria me fizesse a entrega de um suscito relato, que pretendia fazer desta tribuna, e somente agora me chegou às mãos.

As informações prestadas pelo Presidente do BADEP sobre a atuação desse organismo de fomento do Governo estadual, devem redobrar a certeza de que o Paraná caminha rapidamente para consolidar sua posição na vida econômica, política e social do Brasil.

O povo paranaense, voltado dedicadamente para seu trabalho, talvez não se tenha apercebido do grande avanço que o Estado deu no caminho da industrialização, já que a expansão foi-se verificando passo a passo, como o desenvolvimento de uma criança que cresce e se torna adulto. Por isso, pode parecer um fato normal a presença de dezenas e dezenas de indústrias — onde há muito pouco tempo nada existia.

O P. BADEP mostrou bem o que foi a escalada industrial do Estado. As indústrias de óleos vegetais, as fiações e tecelagens, os frigoríficos. Centenas de empresas pioneiras que se instalaram e se desenvolveram, criando empregos, criando riquezas, transformando os recursos naturais e a produção agrícola do Estado.

Esse é o resultado de uma política econômica que objetivou harmonizar o crescimento da agricultura e o da indústria, dentro de uma dosagem nacional que permitisse, com a capacidade financeira do Estado, fortalecer a agricultura, ampliar a infra-estrutura e promover a expansão industrial.

Sr. Presidente, srs. Deputados. É um fato que deve merecer a atenção de todos e ressaltar a prudente sabedoria do Governo Paulo Pimentel em concentrar seus esforços no desenvolvimento de uma atividade industrial voltada para as vocações e as potencialidades econômicas do Estado. Graças a isso, o Paraná é hoje o celeiro agrícola do País, e é também um Estado em franco processo de industrialização.

O Presidente do BADEP enaltecio o extraordinário crescimento da agricultura paranaense, apontando como uma das causas principais a política de industrialização adotada pelo Governo, uma política realista, que assegurou ao Paraná um crescimento real de sua renda interna, no período 1966, a uma taxa média anual de 6%, mesmo com o declínio da cafeicultura, que sofreu uma redução em suas safras de 21 milhões de sacas em 1966 para mais de 7 milhões em 1969.

E aí que reside — Sr. Presidente, srs. Deputados — o grande mérito da administração estadual do Governo Paulo Pimentel. Enfrentando todas as crises econômicas do período pós-revolucionário, superando os revezes climáticos, defrontando-se com problemas financeiros, apesar de tudo, pôde o Governo Paulo Pimentel, através de uma racional aplicação de recursos, incentivar diretamente a diversificação agrícola imposta pelos programas de erradicação de cafeais, ampliar notavelmente a oferta da infraestrutura de obras e serviços, e ainda apoiar centenas de iniciativas industriais de alta repercussão econômica e social, numa lição admirável de fé, otimismo e perseverança.

Esta é uma lição, sr. Presidente, srs. Deputados, que deve receber o aplauso de todos, porque tudo foi feito para beneficiar o homem paranaense que, pelas oportunidades criadas pode realizar-se com dignidade, longe do espectro do desemprego, trabalhando com confiança, sabendo que cada dia há novas e melhores condições de afirmação, porque o Paraná já não sofre com uma geada, porque o desenvolvimento é uma constante da vida paranaense, desde os primeiros dias do Governo Paulo Pimentel. — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o segundo orador inscrito, deputado Olívir Gabardo. (PAUSA). Não estando presente o senhor deputado Olívir Gabardo, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Com a presença de 34 senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — APOIADOS. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do senhor deputado Armando Queiroz, constante do Expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Seme Scaff, constante do Expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 776-63, criando um Ginásio Estadual na sede do Município de Balsa Nova, abrindo crédito de NCr\$ 2.000,00, para as despesa de instalação do mesmo. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N. 776-63

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um ginásio estadual na sede do Município de Balsa Nova, par funcionar a partir do ano letivo de 1971.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial no valor de NCr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos), para atender as despesas com a instalação e funcionamento do ginásio criado no art. 1.º.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1970.

(a) Sílvia Barros

(a) Agualdo Pereira Lima — Relator
(a) Roberto Galvani

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 45-70, Mensagem n.º 12-70, encaminhando Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação do "Fundo Especial de Reequipamento Policial "FUNRESPOL". — Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F. — APROVADO.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5-70, que autoriza o Poder Executivo firmar, através do Departamento de Estrada de Rodagem com a Prefeitura Municipal de Imbituva, convênio de auxílio e cooperação para a construção de uma Ponte sobre o Rio Imbituvinha. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de "URGÊNCIA". — Ao referido projeto foi encaminhada emenda de autoria do senhor deputado Erondy Silvério do seguinte teor: (Lê):

" E M E N D A

AO PROJETO DE LEI N. 5-70

Acrescente-se onde couber:

Art. — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, através o Departamento de Estradas de Rodagem, com a Prefeitura Municipal de

Curitiba, para os serviços de pavimentação do prolongamento da Avenida Hugo Simas, no trecho compreendido entre a localidade denominada Cruz do Pilarzinho e a Vila Militar, numa extensão de 3.400 m, correndo a despesa à conta dos recursos específicos incluídos no Orçamento Geral do Estado para este exercício, aplicando-se no que couber, o título 5.0, da Lei federal n. 1968.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1970
(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda é mera complementação da Lei n. 5.909-69, de 04-01-69, através da qual, mediante convênio, a Prefeitura Municipal de Curitiba e o Departamento de Estradas de Rodagem executaram os serviços de pavimentação do prolongamento da Avenida Hugo Simas, no trecho compreendido entre a Rua Iteirê e o local denominado Cruz do Pilarzinho, numa extensão de 2.130 m.

Dada a existência de recursos específicos no Orçamento Geral do Estado, e mais o interesse manifestado pela Prefeitura Municipal de Curitiba em prosseguir a obra, além da subsistência das razões econômico-sociais que justificaram a Lei n. 5.909-69, é inteiramente válida a autorização de novo convênio para complementação dos serviços de pavimentação, no trecho referido, daquela via pública, o que virá atender as disposições legais que regulam a matéria.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação — APROVADA. Em votação o projeto. — APROVADO.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 35-70, Mensagem Governamental n. 8-70, encaminhando Anteprojeto de Lei, que visa fixar percentual relativo à participação dos Municípios, na cobrança da taxa rodoviária única, bem como estabelece normas para as respectivas entregas. Parecer favorável da C.C.J. e C.F. — APROVADO.

PROJETO DE LEI N. 35-70

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 8-70

Art. 1.º — Sobre a parcela de 60% (sessenta por cento) da Taxa Rodoviária Única, que o artigo 5.º do Decreto-lei n. 999, de 21 de outubro de 1969 atribui ao Estado, 20% (vinte por cento), calculados sobre essa parcela, serão entregues aos Municípios de acordo com a arrecadação da taxa em seus territórios.

§ 1.º — Os Agentes de Rendas, obedecendo o disposto neste artigo, depositarão a importância devida aos Municípios, na Agência do Banco do Estado do Paraná S.A., de suas sedes, até o dia 5 (cinco) de cada mês subsequente, em conta especial, "Quota Municipal da Taxa Rodoviária Única", a ser movimentada pelas Prefeituras Municipais.

§ 2.º — Nos Municípios onde não existir Agência do Banco do Estado do Paraná S.A., a Quota Municipal da Taxa Rodoviária Única deverá ser entregue diretamente às Prefeituras, mediante recibo em duas vias assinadas conjuntamente pelos Prefeitos e respectivos Tesoureiros.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer do Projeto de Lei n. 35-70

Adotando, por inteiros, as razões de ffs. I e IV, bem como o memorial que nos foi encaminhado pela diretoria da Associação dos Municípios do Paraná, e considerando a viabilidade legal e constitucional da matéria, somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1970

(aa) Emílio Carazzai — Presidente; Abrahão Miguel — Relator; Luiz Renato Malucelli

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer do Projeto de Lei n. 35-70

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 8-70, objetiva fixar o percentual a ser pago às Prefeituras Municipais, com referência à Taxa Rodoviária Única. Julgamos que a medida solicitada, bem como a maneira de distribuição muito oportuna e não se conflita com quaisquer dispositivos de ordem financeira.

Assim sendo, opinamos pela sua aprovação.

E o parecer:

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1970

(aa) Roberto Galvani — Presidente; Paulo Poli — Relator; Ivo Tomazoni

1a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 1-70, de autoria do dep. Agnaldo Pereira Lima e outros, dando nova redação ao Artigo 3.º da Resolução n. 19-69 de 15-8-69. — Parecer da C.C.J., com Substitutivo Geral. — APROVADO o substitutivo.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 1-70

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 19-70

Suprima-se do artigo 3.º as palavras "por intermédio da Tesouraria da Assembleia".

Passará o artigo 3.º a ter a seguinte redação:

"Art. 3.º — A verba de Assistência Social poderá, ainda, ser aplicada no pagamento de prestação de serviços de beneficência, diretamente aos favorecidos".

Sala das Sessões, em 26 de janeiro de 1970

(aa) Agnaldo Pereira Lima e outros

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUIÇÃO GERAL

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 1-70

Art. 1.º — O artigo 3.º da Resolução n. 19-69, de 15 de agosto de 1969, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2.º — A verba de Assistência Social poderá ainda ser aplicada no pagamento de prestação de serviços de beneficência.

Parágrafo 1.º — Os pagamentos serão feitos diretamente aos beneficiários, mediante indicação do deputado, através da Tesouraria da Assembleia, contra recibo.

Parágrafo 2.º — Na hipótese do beneficiário residir no interior ou fazer a solicitação de auxílio quando não haja expediente na Assembleia, poderá o Deputado adiantar a importância, sendo posteriormente reembolsado junto a tesouraria mediante o recibo do beneficiado.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1970

(aa) Paulo Poli e outros

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. João de Carvalho Silva. — APROVADO.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo à 1a. Câmara Cível e ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que em data de ontem concedeu Mandado de Segurança em favor do vereador Irineu Agnes, contra ato da Câmara Municipal que lhe havia cassado o mandato de vereador. — APROVADO.

Emenda ao Projeto do Regimento de Custas, constante do Expediente, de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior. — Será anexada ao Projeto de Lei.

Emenda ao Projeto de Lei n. 25-70, constante do Expediente, de autoria do sr. deputado Olívio Belich. — Será anexada ao Projeto.

Emenda ao Projeto de Lei n. 25-70, de autoria do sr. deputado Olívio Belich, constante do Expediente. — Será anexada ao Projeto.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 249-69. — APROVADO.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela escolha do dr. Jorge Raude-minski para o cargo de Diretor de Rendas Internas, da Secretaria da Fazenda e o dr. Renato Ferreira de Mello, indicado para a 6a. Delegacia Regional da Fazenda.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- Redação Final — do Projeto de Lei n. 31-69;
- 3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 5-70;
- 2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 35-70;
- 2a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 1-70;
- 1a. Discussão — dos Projetos de Lei ns: 249-69, 214-69.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

6a. LEGISLATURA — 4a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 3a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a presidência do senhor deputado Silvio Barros e contando com as presenças dos senhores deputados Roberto Wypych, Paulo Poli, Ivo Tomazoni e João Mansur. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foi relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI n. 5-70 — de autoria do senhor deputado Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo firmar convênio através do D.E.R., com a Prefeitura Municipal de Imbituva de auxílio e cooperação para a construção de uma ponte sobre o rio Imbituvinha na ligação de Imbituva à rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu. Relator senhor deputado Roberto Wypych, parecer favorável aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei à presente Ata, que depois de lida e lida conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Silvio Barros — Vice-Presidente

Lélio Guimarães Sotó Maior — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

6a. LEGISLATURA — 4a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, com o fim específico de apreciar a Mensagem Governamental n. 12-70. Sob a presidência do senhor deputado Roberto Galvani e contando com as presenças dos senhores deputados Roberto Wypych, Silvio Barros, Paulo Poli, Wilson Fortes e Ivo Tomazoni. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foi relatado o processo em pauta PROJETO DE LEI n. 45-70 — autor Governo do Estado — Mensagem Governamental n. 12-70, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Segurança, criar o Funrespol, com o fim específico angariar recursos para reequipamento material da Polícia Civil do Estado. Relator senhor deputado Roberto Wypych, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente sessão, da qual para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e lida conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Roberto Galvani — Presidente

Lélio Guimarães Sotó Maior — Secretário

4ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura

Ata da 43ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 13 de maio de 1970 (Quarta-Feira)

Presidência do sr. deputado Arthur de Souza, secretariada pelos srs. deputados Seme Scaff e Ivo Tomazoni.

Às 15.15 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsini, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arnaldo Busato, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Eirico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Furd Nacli, Igo Losso, Ivo Tomazoni, Jorge Sato, Luiz Cruz, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olívio Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Carmo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (34), achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Abrahão Miguel, João Mansur, Luiz Malucelli e Roberto Galvani (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

— DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr. 328-69, Veto aposto ao Projeto de Lei nr. 605-67, de autoria do ex-deputado Jacinto Simões, apresentado em 22-11-67, que cria o Ginásio Estadual de Capanema, para funcionar, na cidade do mesmo nome, a partir do ano de 1970, e dá outras providências. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE. — A Mesa defere. Vamos proceder à nova votação.

Em votação a Proposição nr. 328-69, veto aposto ao Projeto de Lei nr. 605-67. Os srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram manifestar-se. **Está rejeitado o Projeto. Mantido o veto.**

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro à Mesa que providencie no sentido de que os srs. Deputados, antes da votação, tenham em mãos os devidos avulsos, a fim de se inteirarem do que irão votar.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere, irá providenciar para que os avulsos sejam entregues antes de cada sessão.

O SR. OLIVIR GABARDO — (Pela ordem). Sr. Presidente, em nome da bancada do MDB, quero dizer que há tempos atrás, enviei à Mesa requerimento, solicitando sejam fornecidas a esta bancada, certidões de como se processaram as eleições da Mesa, e, sr. Presidente, até hoje não recebemos as devidas certidões. Assim sendo, requeiro que a Mesa se digne mandar fornecer-las o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa atende a solicitação de V. Exa. As certidões serão entregues, ainda hoje, a esta brilhante bancada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando-se outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, quinze minutos após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr. 18-70.

Levanta-se a Sessão.